

## **Estado, Política e Economia: o antes, o agora e o pós-Covid 19 <sup>1</sup>**

Nestes tempos de pandemia, isolamento social e incertezas, muito se tem falado e escrito na tentativa de estabelecer um possível cenário para o mundo no pós-Covid 19. Inicialmente, destacaram-se as análises que afirmavam que a única certeza era que todas as nações passarão por um longo período de dificuldades e privações, que acarretarão profundas alterações na economia, na política e que, nesse novo cenário, o papel do Estado terá que ser redefinido.

No entanto, à medida que a pandemia e seus efeitos começam a fazer parte de nosso cotidiano, outras considerações também passaram a ser levadas em conta, em especial aquelas que mostram que o modelo capitalista predominante nos últimos 40 anos, já vinha dando sinais de esgotamento, embora se possa afirmar que o capitalismo ainda seja o único sistema socioeconômico do planeta (antes isso era chamado de imperialismo) e quase não existem vestígios do comunismo como uma possibilidade substitutiva, como ocorria na primeira metade do século XX.

A percepção desse esgotamento se deve ao fato de que vertente mais atual do capitalismo, o neoliberalismo, não cumpriu as promessas de um mundo melhor para todos. De forma distinta do que propugnavam seus arautos, não trouxe uma melhor distribuição da riqueza global gerada pelo seu braço operacional, a globalização econômica; ao contrário, ampliou as desigualdades pré-existentes entre os países que constituem o núcleo duro desse novo mundo, e aqueles que se situam nas suas franjas. E o que é pior, acentuou as desigualdades internas no âmbito desses países, entre aqueles trabalhadores ditos globalizados, e aqueles que se situam à margem do núcleo central do sistema. Assim, se a recuperação econômica global no pós-Covid será difícil, mais dolorosa será a desses países não centrais e dos extratos sociais menos favorecidos.

Mas é preciso destacar que até o início dessa pandemia, e a despeito do modelo dominante não ter cumprido a promessa de um mundo melhor, o Estado já vinha sendo impelido a subtrair de sua agenda a participação efetiva em vários setores, sob a (falaciosa) argumentação de que o mercado é mais eficiente e, portanto, socialmente mais justo. Tal postura fez com que, até em áreas tradicionalmente “reservadas” ao Estado, como a saúde, educação fundamental e segurança pública, sua participação se tornasse cada vez menos presente. Mas aí veio a pandemia do corona vírus 19, e tudo mudou de lugar.

Essa mudança é perceptível porquanto, mesmo diante da falência (induzida) do Estado, através de uma narrativa absolutamente contrária aos postulados neoliberais, setores conservadores passaram a defender a adoção de políticas de corte keynesiano, dada a incapacidade do mercado em responder às dificuldades impostas pela pandemia do Covid 19. A presença do Estado na atividade econômica, até então estigmatizada como nefasta, improdutiva, inoperante e má gestora dos recursos a ele disponibilizados, passa a ser requerida como única alternativa diante da proporção da crise.

---

<sup>1</sup> Ensaio de Juarez Varallo Pont, economista (PUCRS), mestre e doutor em sociologia (UFPR).

Diante dessa situação, o presente ensaio se propõe a discutir que tipo de Estado é preciso ser recriado. O Estado simplesmente gestor (e protetor) dos interesses do capital, ou o Estado que, retirando ensinamentos valiosos da crise provocada por esta pandemia, seja o fiador e responsável por uma sociedade mais permanentemente justa e solidária?

### **O Estado liberal de direito, o neoliberalismo e a democracia**

A teoria política, de modo geral, justifica o nascimento do Estado moderno como forma de proteção da vida. Os indivíduos abriram mão de parte da sua liberdade em troca de segurança, o que sustenta a tese de que o poder estatal seria o “contrato social” entre sujeitos. Se o Estado nasce para proteger os homens, o direito à vida seria o mais elementar, não podendo ser suprimido.

Na prática não foi bem assim. Outras teorias legitimavam o que alguns filósofos conceituam como poder soberano, ou seja, o poder sobre a vida e sobre a morte. Argumentava-se que o poder régio tinha origem divina e não contratual, podendo o monarca decidir pela vida ou pela morte dos súditos. Nessa lógica política, a vida é uma concessão do poder soberano. Ou, nas palavras do filósofo Michel Foucault, o poder de soberania seria caracterizado pelo imperativo “deixar viver ou fazer morrer”.

Esse é o ponto em que se encontram hoje várias nações que, embora não estejam sob um regime monárquico, suas lideranças se julgam no direito de decidir sobre a vida e a morte, na medida em que, ao negar os efeitos da pandemia atual, colocam os cidadãos em perigo, atentando contra suas vidas.

E como foi possível chegar-se a esse ponto? Ocorre que esses líderes foram eleitos por um processo democrático e, portanto, legítimo. Somado a esse fato, a democracia representativa passa por um processo de “sacralização”, o que a torna intocável, algo que não pode ser removido, ou sequer modificado. Falar contra ela, apontar seus defeitos, pensar uma forma de democracia que rompa com a farsa da representação seria profaná-la.

Mas a quem interessa sacralizar este sistema representativo que não representa ninguém, senão o poder financeiro — de fato, o único representado? A democracia representativa não é mais democracia, mas sim plutocracia. É preciso profaná-la para restituí-la ao comum, pois a essência democrática que se assenta na igualdade do comum é ferida pelo princípio da representação que separa aqueles que têm vozes nas instituições daqueles que, ainda que falem e gritem, nunca são ouvidos.<sup>2</sup>

Quem nunca escutou a frase: “A Democracia é Sagrada (!)”? Pensá-la desse modo, tendo em mente a preservação do sistema representativo atual, é pensá-la de modo mítico, é operar uma reversão de sentido que a coloca fora de seu registro natural: aquele das coisas próximas e nossas. A democracia não é

---

<sup>2</sup> Para uma crítica da apropriação do processo democrático por líderes autoritários, o que lhes permite legitimar seus mandatos e, ao mesmo tempo, enfraquecer a democracia, ver a obra de Steven Levitsky & Daniel Ziblato, *Como as democracias morrem*, 2018.

sagrada, é profana; não é pura, feita por escolhidos; ela é impura, e se suja com o pó do caminho de suas reinvenções.<sup>3</sup>

Como nos mostraram os gregos, a gênese da democracia não está no âmbito das coisas extraordinárias; pelo contrário, ela deve ocorrer no comum da vida banal. Ademais, a democracia é um regime que, desde o seu nascimento, na Grécia, está sempre em risco. Porque não existe nenhum regime político estável. O que existe é um plano, um paradigma, uma procura.

Como a sociedade humana é uma sociedade inquieta, cheia de interesses contraditórios, violenta, muitas vezes, cheia de preconceitos, desde a Grécia você tinha uma instabilidade tremenda. Vem daí a preocupação dos filósofos, dos puristas gregos de fazer propostas de constituições para a Grécia que, digamos, remediassem os problemas da democracia. E são muitos os problemas da democracia grega. Então, a democracia sempre estará em xeque, em perigo. A diferença é que quando você percebe que ela está em perigo, você faz uma espécie de radiografia para ver em que pontos ela está piorando, em que ponto ela está sendo doentia e não saudável.<sup>4</sup>

Mas não é só em relação à democracia que se verifica uma inversão dos valores basilares que forjaram o Estado liberal de direito, e definiram o próprio papel a ser exercido por este Estado. Antes é preciso distinguir entre o liberalismo clássico, de um Adam Smith e de um John Stuart Mill, de um tipo de neoliberalismo do último quarto do século XX e do primeiro quinto do século XXI, que apenas pensa em liberalização de mercados (financeiro, de trabalho etc.). No liberalismo clássico há espaço para promover e cultivar a humanidade das pessoas. Mais ainda, há um espaço para o Estado como agente promotor da civilidade humana.<sup>5</sup>

Mas esse papel civilizador que o contrato social delegou ao Estado foi sendo progressivamente eliminado, na mesma proporção que a versão mais contemporânea do capitalismo, o neoliberalismo, foi invertendo os princípios de igualdade nominal entre o econômico e o político. A história do capitalismo pode ser entendida como a luta entre estes dois princípios: é o princípio democrático que se “exporta” da política para governar também a economia ou é o princípio hierárquico das organizações empresariais que invade a esfera política? Na socialdemocracia, geralmente, era o do primeiro. No neoliberalismo, é o segundo.

De acordo com Joaquim Estefania,<sup>6</sup> o domínio planetário exercido pelo capitalismo foi alcançado por meio de suas diferentes variantes. Alguns autores distinguem entre o capitalismo meritocrático liberal, que vem se desenrolando gradualmente no Ocidente nos últimos 200 anos, e o capitalismo político ou autoritário exemplificado pela China, mas que também existe em outros países asiáticos

---

<sup>3</sup> Para um aprofundamento do tema sobre a necessidade de profanar a Democracia, ler artigo de Fran Alavina, no qual dialoga com a filosofia de Giorgio Agamben, publicado em *OutrasPalavras*, em 22.05.2017 e reproduzido na Newsletter do Instituto Humanitas da Unisinos (IHU).

<sup>4</sup> Roberto Romano, em entrevista ao Jornal Correio Brasiliense, em 30.05.2020.

<sup>5</sup> Baseado na entrevista de Flavio V. Comin à IHU On-line, publicada na Newsletter IHU, 18.05.2020.

<sup>6</sup> Artigo publicado por *El País*, em 01.03.2020, e reproduzido pela Newsletter IHU.

(Cingapura, Vietnã, ...) e alguns da Europa e África (Rússia e os caucasianos, Ásia Central, Etiópia, Argélia, Ruanda ...).

O que se constata é que o processo de mundialização dos mercados, decorrente da globalização – o braço armado do neoliberalismo –, não acomodou as tensões existentes e não se revelou o mecanismo que iria constituir uma nova era de prosperidade econômica global. Ao contrário, justificou e promoveu a introdução de princípios puramente econômicos e hierárquicos na vida política. Ainda que tenha mantido a pretensão de igualdade (uma pessoa, um voto), a erodiu graças à habilidade das elites em selecionar, financiar e eleger os políticos que simpatizam com seus interesses. Em resumo, acentuou as diferenças pré-existentes entre os países que constituem o núcleo duro do capitalismo mundial, e aqueles que se situam nas franjas desse sistema.

Ademais, no modelo capitalista neoliberal vigente nas últimas quatro décadas, verifica-se um contínuo e progressivo repúdio e destronamento do passado e, antes e acima de tudo, da tradição, ou seja, pelo esmagamento da armadura protetora forjada de crenças e lealdades que permitiriam que os antigos “sólidos” de que fala Marx, no *Manifesto Comunista*, resistissem ao processo de “liquefação”, na expressão de Bauman.<sup>7</sup>

Isso foi feito não para acabar de vez com os sólidos e construir um admirável mundo novo livre deles para sempre, mas para limpar a área para novos e aperfeiçoados sólidos; para substituir o conjunto herdado de sólidos deficientes e defeituosos por outro conjunto, aperfeiçoado e preferivelmente perfeito, e por isso não mais alterável. Os primeiros sólidos a derreter e os primeiros sagrados a profanar eram: as lealdades tradicionais, os direitos costumeiros e as obrigações que atavam pés e mãos e impediam os movimentos e restringiam as iniciativas. A construção de uma nova ordem, verdadeiramente sólida, requeria primeiramente livrar-se do entulho com que a velha ordem sobrecarregava os construtores.<sup>8</sup>

Assim, *“adaptando essa visão ao caso brasileiro, “derreter sólidos” significava eliminar a presença do Estado, afastar os instrumentos reguladores e normatizadores da atividade econômica, incluindo as relações de trabalho, abrindo caminho para o “novo”, ou seja, para o mercado”*.<sup>9</sup>

Sob o manto desse deus mercado altamente tecnológico, e os inegáveis avanços alcançados pela globalização, percebe-se crescentes disparidades resultantes da impregnação cada vez maior de objetos técnico-científicos informacionais em espaços selecionados de acordo com os interesses de uma elite externa e interna, ou seja, quais aqueles em que a globalização se fará presente e dominante, tendo em vista os movimentos populacionais, a distribuição da indústria e dos serviços, do arcabouço normativo (legislação civil, fiscal, financeira e trabalhista). Em decorrência, o que se vê

---

<sup>7</sup> Bauman, Z. *Modernidade Líquida*, 2001.

<sup>8</sup> *Ib idem*.

<sup>9</sup> Pont, J. V. *Corporativismo e Pragmatismo: empresariado industrial e Estado no Brasil (1990-2018)*, 2019.

é a queda vertiginosa do número do operariado fabril clássico, e o crescimento do trabalho terceirizado, subcontratado, precarizado, de tal ordem que o desemprego estrutural passa a atingir mais de um terço da população mundial economicamente ativa, com a conseqüente queda da participação salarial na renda nacional (em nível global).

Mesmo diante desse quadro, os arautos desse novo/velho sistema procuram construir a ideia de que esse novo mundo é melhor que o antigo porque valoriza a iniciativa pessoal e o trabalhador empreendedor. Hoje se usa a flexibilidade como forma de superar a opressão do passado. Ao enfatizar o risco, a flexibilidade dá às pessoas a sensação de mais liberdade para moldar suas vidas. Na verdade, a nova ordem impõe novos controles em vez de abolir as regras do passado, controles esses que são difíceis de entender. “*O novo capitalismo é um sistema de poder muitas vezes ilegível*”.<sup>10</sup>

O saldo desse processo de globalização é que em países como o Brasil, embora se encontrem inserido integralmente na nova ordem, os governos perderam parte considerável de sua autonomia, enquanto responsável pela adoção de políticas públicas, em especial aquelas voltadas à parcela “não globalizada” da sociedade que, no nosso caso, é formada por grande parte da população.

A globalização, através do mercado, impõe normas e regras mediante uma difusão falaciosa de igualdade. Diversos países, comandados por uma elite política de direita e/ou extrema direita, como é o caso atual do Brasil, as acolhem veementemente, se distanciando de metas de desenvolvimento interno e agravando as condições socioeconômicas da maioria da população (Sueli Schiffer). A constituição de novas desigualdades e aprofundamento daquelas já existentes é reflexo dessas imposições, dadas mediante a saída do Estado na gestão de políticas públicas e a entrada dos sistemas privados na organização e controle destas, transformando direitos essenciais em serviços mercadológicos, como o sistema de saúde, retirando do Estado a responsabilidade de mantê-los de forma pública, gratuita e de qualidade para toda população.<sup>11</sup>

Essa situação torna-se particularmente grave em períodos de crise, como a causada pela pandemia do Covid 19. No momento em que mais se necessita do Estado, quando ele deveria voltar a exercer um papel protagonista, para compensar, ainda que parcialmente, as desigualdades sociais flagrantes, a redução de sua atuação, que lhe foi imposta pelo modelo econômico vigente, lhe retira as condições de intervenção.

É importante destacar, ainda, que se antes da pandemia as desigualdades já eram evidentes, após o surgimento do Covid-19, mesmo em países considerados ricos, como a Itália, a mercantilização da saúde mostrou que esse setor estratégico não pode ficar à mercê do mercado, que faz suas escolhas em função dos procedimentos mais rentáveis, não das necessidades da população. No lado oposto, nos países que contam com um sistema público de saúde, como o Brasil, a catástrofe não é maior exatamente pela existência do SUS, apesar do desmonte promovido pelo próprio Estado, que

---

<sup>10</sup> Sennet, R. *A corrosão do caráter: conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo*, 1999.

<sup>11</sup> Firmino, P. C. dos S.. “*Pandemia: o que nos ensina o olhar de Milton Santos*”. Artigo publicado em OutrasPalavras e reproduzido na Newsletter IHU, 28.05.2020.

deveria incentivá-lo e dotá-lo de mais recursos, e não direcionar recursos e favores fiscais em favor do setor privado.

### **A crise do Covid 19 e a reinvenção do modelo capitalista neoliberal**

Poucos dias antes da ocorrência da primeira infecção em Wuhan, na China, Joseph Stiglitz escreveu: “*O único caminho a seguir, a única forma de salvar nosso planeta e nossa civilização é um renascimento da história. Devemos revitalizar o Iluminismo e nos comprometer novamente a honrar seus valores de liberdade, respeito pelo conhecimento e a democracia*”.<sup>12</sup>

Stiglitz fez essa declaração em alusão ao ensaio de Francis Fukuyama, *O fim da História?*, no qual este previa que com o colapso do comunismo, estaria eliminado o último obstáculo que separava o mundo inteiro de seu destino: o da democracia liberal e da economia de mercado.

No mundo inteiro muita gente concordou com essa previsão, mas durante 40 anos as elites nos países ricos e pobres prometeram que as políticas neoliberais conduziram a um crescimento econômico mais rápido e que as taxas de lucro seriam reduzidas para que todos, inclusive os mais pobres, ficassem melhor.

Agora que a evidência está disponível, é de se estranhar que a confiança nas elites e na democracia tenham se desmoronado? Hoje, quando enfrentamos uma retirada da ordem global liberal baseada em regras, com governantes autocráticos e países líderes demagogos, que contêm mais da metade da população mundial, a ideia de Fukuyama parece pitoresca e ingênua.<sup>13</sup>

Embora aparentemente ingênua, a posição de Fukuyama reforçou a doutrina econômica neoliberal que prevaleceu desde os anos 1980. Mas a fé no liberalismo sem restrições, que parecia ser o caminho mais seguro para a prosperidade, começa a ser abalada. A diminuição simultânea da confiança no liberalismo e na democracia não é coincidência, nem mera correlação.

O neoliberalismo minou a democracia durante 40 anos, e seu braço operacional, a globalização, deixou indivíduos e sociedades inteiras incapazes de controlar uma parte importante de seu próprio destino. Seus efeitos são tão perversos que se um candidato presidencial líder em um mercado emergente perdesse o favor de Wall Street, os bancos retirariam seu dinheiro do país. Os eleitores estariam diante de uma cruel escolha: ceder a Wall Street ou enfrentar uma grave crise financeira, o que indica que Wall Street passou a ter mais poder político do que os cidadãos do país.<sup>14</sup>

Como já afirmara Bauman, mesmo nos países ricos, é dito aos cidadãos comuns que as políticas de bem-estar (proteção social adequada, salários dignos,

---

<sup>12</sup> Joseph Stiglitz, economista, prêmio Nobel da Economia de 2001, em artigo publicado por [Criterio.hn](http://Criterio.hn), 04.11.2019, reproduzido na Newsletter IHU.

<sup>13</sup> Stiglitz, J., op. cit.

<sup>14</sup> A propósito deste tema, ver ensaios de Dani Rodrik (Universidade de Harvard) e os livros de J. Stiglitz, *A Globalização e seus Malefícios* (Ed. Futura, 2002) e *Pessoas, Poder e Lucro* (Ed. Bertrand, 2019).

impostos progressivos ou um sistema financeiro bem regulamentado) não são mais aceitáveis, porque o país perde competitividade e empregos desaparecerão. Mas isso não é o bastante. Os trabalhadores têm que aceitar salários mais baixos e todos os cidadãos aceitar cortes em importantes programas governamentais.

Todas essas promessas de um mundo melhor para todos, diziam as elites beneficiárias do neoliberalismo, se baseavam em “modelos econômicos científicos” e em “pesquisas baseadas em evidências”. Passados 40 anos, o crescimento desacelerou e os frutos desse crescimento foram reduzidos e restritos ao topo da pirâmide social. Na medida em que os salários estagnaram e o mercado de ações disparou, os ingressos e a riqueza das elites aumentaram, em vez de diminuir, como era prometido.

Além disso, apesar do nome, a era do neoliberalismo esteve longe de ser liberal. Impôs uma ortodoxia intelectual, cujos guardiões eram completamente intolerantes à dissidência. Os economistas com visões heterodoxas foram tratados como hereges, e rejeitados. Mas foi na macroeconomia que essa intolerância se mostrou mais evidente. É importante recordar que os modelos predominantes, baseados em uma ciência falsa, descartavam a possibilidade de uma crise de proporção planetária, como a de 2008. Quando esta ocorreu, foi tratada como se fosse uma catástrofe climática, que nenhum modelo poderia ter previsto.

Se a crise financeira de 2008 não nos fez perceber que os mercados sem restrições não funcionam, a crise climática certamente deveria: o neoliberalismo literalmente colocará fim em nossa civilização. Mas, também está claro que os demagogos que querem que viremos as costas para a ciência e a tolerância só pioram as coisas. O único caminho a seguir, a única forma de salvar nosso planeta e nossa civilização é um renascimento da história.<sup>15</sup>

Em dezembro de 2019, contudo, na mesma cidade chinesa citada, foi registrado o primeiro caso de contaminação pelo Covid 19. E, como já referido anteriormente, tudo mudou de lugar. Mas o modelo capitalista neoliberal foi afetado?

Em uma entrevista concedida, em meados de abril deste ano, ao jornal britânico Financial Times, o presidente francês Emmanuel Macron fez o seguinte prognóstico: A pandemia “*mudará a natureza da globalização como a conhecemos nos últimos quarenta anos (...), esse tipo de globalização esgotou o seu ciclo*”. Era uma afirmação sem muito risco porque nos últimos dez anos, a globalização das economias já vinha mudando, se não no sentido de uma desglobalização, pelo menos no de uma globalização menos intensa.

Mas fica a pergunta: a epidemia do coronavírus reforçará este movimento?

Para o professor de Harvard, Dani Rodrik, a crise atual não representa um elemento revolucionário, ela “*age principalmente no sentido de fortalecer e ancorar várias tendências que já estavam em vigor*”.<sup>16</sup> A principal delas diz respeito às “cadeias

---

<sup>15</sup> Stiglitz, J. op. cit.

<sup>16</sup> Citado pelo economista francês Christian Chavagneux em artigo publicado por *Alternatives Économiques* e reproduzido pela Newsletter IHU, em 28.05.2020.

globais de valor agregado”, a organização de uma cadeia de produção distribuída em diferentes territórios, espalhada por todo o mundo, para aproveitar os custos mais baixos. Assim, no comércio internacional os produtos intermediários são importados para serem montados com outros e depois reexportados.

Nesse processo, a China desempenhou um papel fundamental. Seu ingresso gradual na economia de mercado, a partir de 1979, foi um dos pilares do desenvolvimento da globalização. No entanto, nos últimos anos o país vem se concentrando em sua demanda doméstica. “*Em 2004, o valor das importações chinesas destinadas à reexportação representou 29% do total das exportações. Em 2019, essa proporção caiu para 13,2%. O país está gradualmente saindo das cadeias globais de valor para um processo de desglobalização*”, indica Patrick Zweifel, economista-chefe da Pictet Asset Management.<sup>17</sup>

. Mas a China não é o único país com essa tendência. Desde 2008, a participação do comércio mundial vinculado à participação nas cadeias de valor diminuiu em decorrência de mudanças nas estratégias das empresas e praticamente todos os setores foram afetados, de tal forma que a crise determinada pelo coronavírus não constitui um ponto de inflexão deste ponto de vista, mas certamente foi um acelerador.

Em relação à globalização financeira, também houve um recuo. Entre o início de 2008 e o final de 2019, as atividades internacionais de empréstimos e de depósitos entre bancos diminuíram 35% em todo o mundo. O mercado internacional de produtos financeiros especulativos recuou dois terços desde 2008. A parcela das dívidas governamentais detidas por não residentes também vem reduzindo. No maior mercado do mundo, o dos Estados Unidos, os estrangeiros detinham quase 50% da dívida pública no final de 2008. No final de 2019 essa dívida era de cerca de 40%. Na zona do euro, um grande prestador como a França, tinha em 2010 o equivalente a 70% de sua dívida entre os não residentes, enquanto que agora eles não detêm mais que 54%.<sup>18</sup>

Uma pergunta que recorrentemente vem sendo feita nos últimos é se a pandemia atual pode acelerar a tendência dos últimos dez anos em direção ao recuo da globalização? Primeiramente, é preciso observar que menos globalização não significa necessariamente mais realocações de atividades e empregos. No caso da França, observa Chavagneux, “*o motivo é simples: houve poucas saídas de empresas. Segundo dados do INSEE, apenas 5% das empresas francesas transferiram sua produção para outros países*”.<sup>19</sup>

A pandemia de Covid-19 também mostrou que a dependência de fornecedores baratos, mas distantes, pode se tornar um obstáculo. Isso pode levar as empresas, se não a se desglobalizarem, pelo menos a diversificar seus fornecedores, privilegiando uma organização mais regional de seus processos de produção. Mas isso apenas reforça uma tendência já em andamento. Por exemplo, o comércio interasiático representou 46% das

---

<sup>17</sup> Citado por Christian Chavagneux no mesmo artigo anteriormente referido.

<sup>18</sup> Considerações baseadas no texto de Christian Chavagneux, op. cit.

<sup>19</sup> Chavagneux, C., op. cit.

exportações dos países da zona em 2018, contra 28% em 1998. Em outras regiões também a globalização é cada vez mais uma regionalização. No caso da França, dois terços das importações de bens intermediários já provêm do resto da Europa, menos de 10% dos Estados Unidos e somente 5% da China, segundo informam os pesquisadores do CEPII (Centre d'Études Prospectives et d'Informations Internationales).<sup>20</sup>

A consequência lógica desses dados é que outra tendência a ser acelerada em razão da pandemia será a redução ainda maior da internacionalização das cadeias de valor. No curto prazo isto é certo, com uma queda de pelo menos 30% nos investimentos estrangeiros das empresas neste ano, de acordo com o cenário mais otimista da OCDE. Mas isso também pode ocorrer a mais longo prazo, explicam os especialistas da UNCTAD.<sup>21</sup>

Quais razões respaldam esses prognósticos? Porque eles antecipam os efeitos duradouros da crise sobre as políticas dos Estados em relação aos investimentos estrangeiros. Isso se tornará mais restritivo para setores que agora são considerados estratégicos, como produtos de saúde e alimentos. A instituição internacional também prevê menos novos tratados que facilitem os investimentos entre países e uma aceleração das renegociações dos tratados existentes, dando-lhes um sentido mais restritivo.

Enquanto o Japão já está oferecendo subsídios às suas multinacionais para incentivá-las a deixar a China e se reinstalar no país, a União Europeia pode estar indo na contramão desta nova globalização, ao firmar o acordo União Europeia-México, em 28 de abril de 2019. Nesse sentido, as Organizações Não Governamentais (ONGs), por iniciativa da Stop Ceta,<sup>22</sup> apontam que *“aí onde a União Europeia deveria implementar imediatamente políticas destinadas a reduzir nossa dependência de importações de energia e agrícolas, este acordo visa aumentá-la”*.<sup>23</sup>

Vários estudos mostram que em vários países, entre um terço e a metade dos fluxos de investimento corresponde a transações artificiais vinculadas a estratégias de evasão fiscal, o que retira dos governos a capacidade de investimento, particularmente necessário neste momento de crise. A situação é tão grave que um grupo de mais de 130 países está atualmente negociando os termos para questionar esses comportamentos com um resultado esperado para o final de 2020. Se bem-sucedido, iríamos para um mundo em que as fronteiras fiscais nacionais seriam mais respeitadas.

Aqui cabe uma observação complementar: no setor da alta tecnologia, entre 2007 e 2017, a participação dos bens produzidos destinados às cadeias de valor globais teve uma queda de 1,9% do valor agregado do setor e a dos bens comprados caiu 2%.

A crise epidemiológica parece assim mais reforçar do que provocar mudanças em direção a uma globalização menos intensa. Ela contribui para o surgimento de uma

---

<sup>20</sup> Considerações baseadas no texto de Christian Chavagneux, op. cit.

<sup>21</sup> OCDE: Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico; UNCTAD: Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e Desenvolvimento.

<sup>22</sup> Stop Ceta: Organização Não Governamental europeia militante por justiça social e climática.

<sup>23</sup> Chavagneux, C., op. cit.

nova fase, menos liberal, da economia internacional sem provocar o retorno a um nacionalismo exacerbado. Um cenário quase ideal. Na prática, contudo, o que se percebe é que o capitalismo, se reinventa a cada nova crise.

Nos últimos tempos, ganhou popularidade uma tipologia que teve seu momento de glória no Fórum Econômico Mundial, realizado em Davos, em janeiro deste ano. O Manifesto de Davos 2020 basicamente apresenta três tipos de capitalismo: o *de acionistas*, para o qual o principal objetivo das empresas é a maximização do lucro; o *capitalismo de Estado*, que confia no setor público para conduzir o rumo da economia; e o *stakeholder capitalism*, o capitalismo das partes interessadas, no qual as empresas são as administradoras da sociedade e, para isso, têm de cumprir uma série de condições, como pagar um percentual justo de impostos, tolerância zero com a corrupção, respeito aos direitos humanos em sua cadeia de suprimentos global e defesa da concorrência em igualdade de condições, também quando operam na "economia de plataforma".<sup>24</sup>

Até agora, o *capitalismo de acionistas* tem sido amplamente hegemônico. Recebeu um forte apoio teórico no início dos anos 60, quando o principal ideólogo da Escola de Chicago, o Prêmio Nobel Milton Friedman, sentenciou: “A principal responsabilidade das empresas é gerar lucros”.<sup>25</sup> Friedman sacralizou essa regra do jogo por meio de vários artigos que tentavam corrigir algumas veleidades nascidas nos EUA sobre a ampliação dos objetivos empresariais até a chamada "responsabilidade social corporativa". No capitalismo de acionistas, a predominância é do curto prazo e das ações em Bolsa, o que em última instância conduziu à "financeirização" da economia.

Essa filosofia dominante durou praticamente até hoje. Há pouco tempo, a *British Academy* divulgou um relatório sobre a empresa do século XXI, obra que é fruto da iniciativa coletiva de cerca de trinta cientistas sociais sob a batuta do professor de *Oxford* Colin Mayer, que fala em “redefinir as empresas do século XXI e construir confiança entre as empresas e a sociedade”. E a norte-americana *Business Roundtable*, uma associação criada no início dos anos 70 do século passado, na qual estão os principais diretores de 180 grandes empresas de todos os setores, divulgou um comunicado no qual revogava, de fato, o critério solitário de maximização dos lucros na tomada de decisões empresariais, substituindo-o por outro mais inclusivo, que também levasse em consideração o bem-estar de todos os grupos de interesse: “A atenção aos trabalhadores, a seus clientes, aos fornecedores e às comunidades em que estão presentes”. Logo, as principais bíblias jornalísticas do capitalismo, *Financial Times*, *The Economist*, *The Wall Street Journal*, começaram a analisar essa mudança que não se deve à benevolência e à compaixão dos executivos das grandes empresas, mas ao medo da demonização do capitalismo atual e das empresas por causa de seus excessos: a financeirização desmedida, a globalização mal administrada, o poder crescente dos mercados,

---

<sup>24</sup> Joaquín Estefanía, em artigo publicado por *El País* (01.03.2020) e reproduzido pela Newsletter IHU.

<sup>25</sup> Friedman, M. *Capitalismo e Liberdade*.

a multiplicação das desigualdades. O capitalismo foi longe demais e não responde a problemas como estes citados ou à emergência climática.<sup>26</sup>

O certo é que o capitalismo de hoje é um capitalismo tóxico e está em crise pelo menos desde o início da Grande Recessão em 2007. E por que muitos cientistas argumentam que o capitalismo não funciona? Essencialmente, porque as desigualdades não param de crescer, polarizam as sociedades e põem em risco a qualidade da democracia. Em alguns textos, argumenta-se que o capitalismo existente é realmente incompatível com a democracia: está ampliando o sentimento do cidadão de que a civilização que conhecemos, baseada na democracia e no debate, está ameaçada. O que torna a situação atual particularmente preocupante é que o espaço para esse debate está diminuindo. Parece haver uma "tribalização" das opiniões, e não só sobre a política, mas sobre quais são os principais problemas sociais e o que fazer com eles.

A principal credencial do capitalismo – melhorar ininterruptamente o padrão de vida de todos – está em xeque. Para quem fica pelo caminho, o capitalismo não está funcionando bem. A ansiedade, a raiva e o desespero das diversas faixas etárias que estão sem trabalho estraçalham as lealdades políticas do passado, qualquer que seja seu norte ideológico. A síndrome do declínio pessoal começa com a perda de um emprego satisfatório. A apoteose do capitalismo atual teria por base, em boa medida, a crescente fraqueza do poder da força de trabalho (os assalariados e os sindicatos).

Ao mesmo tempo, desde antes da Grande Depressão dos Anos 30 do século XX, não se verificava, em escala tão significativa, que o segmento mais abastado da sociedade retivesse uma parcela tão grande da renda. Isso faz com que os fossos que dividem a sociedade sejam tão profundos (entre o campo e a cidade, as elites qualificadas e aqueles que não tiveram acesso ao ensino superior, os ricos e os pobres, homens e mulheres) que Stiglitz avalia que o gradualismo para transpô-los é inadequado, porque esta é uma época de mudanças fundamentais em que são necessárias transformações drásticas no âmbito de uma democracia sólida que restrinja o poder político da riqueza concentrada em poucas mãos. Deve-se abandonar a confiança cega e errônea na "economia do gotejar", que prega que, no final, todos se beneficiam do gotejar. A experiência empírica diz que os benefícios do crescimento muitas vezes não chegam a todos.

Do conjunto das observações acima surge uma ideia-força: a constatação do capitalismo abusivo de nossos dias, que governa para as elites. Existe o poder de reconstruir os fundamentos do capitalismo, mas não há uma alternativa viável, e aquelas que se tentou colocar em prática tiveram resultados, em alguns casos, muito piores. É preciso fugir do que Paul Krugman chama de "ideias zumbis", as ideias que vão desabando, arrastando os pés e devorando o cérebro das pessoas, apesar de serem refutadas pelas evidências. Por exemplo, a ideia insistente (e ideológica) de que tributar os ricos é extremamente destrutivo para a economia como um todo, ou que cortes de impostos das rendas mais altas vão gerar um crescimento econômico miraculoso. Ou a

---

<sup>26</sup> Estefania, J. op. cit.

dos que se opõem a que os Governos desempenhem um papel maior na gestão da economia, argumentando que esse papel não só é imoral, mas também contraproducente e até tumoral. E se os dados não endossam sua opinião, eles atacam tanto os dados como aqueles que os apresentam.

Krugman não é otimista porque entende que, em nossos dias, aceitar o que os dados dizem sobre uma questão econômica é considerado, em muitos casos, um ato partidário. Mesmo fazer certas perguntas também é visto como um ato partidário. Ele se apoia no sociólogo David Patrick Moynihan, quando escreveu que *"todo mundo tem o direito de ter sua própria opinião, mas não seus próprios fatos"*.<sup>27</sup>

Mas é possível estabelecer uma analogia entre "o fim da história" de Fukuyama, do início dos anos 90, e o "fim do capitalismo" dos anos 20 do século XXI? *Essa segurança que viria com a vitória do liberalismo sobre o autoritarismo se tornou uma insegurança global e multiplicação da vulnerabilidade individual. Não se pode separar a economia da política se se pretende avançar no exame preciso das circunstâncias. A economia é importante demais para ser deixada somente para os economistas.*<sup>28</sup>

Ao final deste tópico o que se depreende é que as crises, não significam o esgotamento do modelo capitalista neoliberal; ao contrário, as mudanças espontâneas ou forçadas apenas reforçam seu poder de adaptação e reinvenção, de tal forma que a única dúvida razoável é saber até quando?

### **Recriando o Estado para ser o fiador de um sociedade mais justa e solidária**

O capitalismo de feição neoliberal, ao longo das últimas quatro décadas, vem passando por diversas metamorfoses, através de suas três vertentes principais. Dentre elas, o capitalismo de acionistas se tornou amplamente hegemônico tendo como mote que *"a principal responsabilidade das empresas é gerar lucros"*, sem se preocupar com veleidades como "responsabilidade social corporativa", como defende seu principal ideólogo, Milton Friedman.

Ocorre que para implantar essa filosofia, o mundo do capital precisou adquirir uma autonomia relativa crescente em relação ao mundo do poder, sem romper sua relação de dependência essencial com o Estado, sem a qual não existiria o próprio sistema "interestatal capitalista", na expressão adotada por Fiori.<sup>29</sup>

É nesse sentido que Braudel também conclui que, se o capitalismo é o antimercado, ele não pode sobreviver sem o mercado. Ou seja, ao contrário do que pensam os institucionalistas, o desenvolvimento econômico e a acumulação do capital

---

<sup>27</sup> David Patrick Moynihan, sociólogo e político americano, foi embaixador dos USA na ONU e na Índia, senador democrata por Nova York entre 1977 e 2001, sendo sucedido por Hillary Clinton.

<sup>28</sup> Estefania, J., op. cit.

<sup>29</sup> José Luis Fiori, *Estado e Desenvolvimento na América Latina: notas para um "programa de pesquisa"*. In: Revista de Economia Contemporânea – Instituto de Economia da UFRJ – Vol. 24, Nº 1, jan./abr. de 2020.

não passam apenas pelo respeito às regras e às instituições. Pelo contrário, quase sempre passam pelo desrespeito às regras e pela negação frequente dos regimes e das instituições construídas em nome do mercado e da competição perfeita. Quem liderou a expansão vitoriosa do capitalismo foram sempre os “grandes predadores” e as economias nacionais que souberam navegar com sucesso na contramão das “leis do mercado”.

Para que essa lógica se sobreponha, entretanto, o Estado não pode deixar de existir. Mas para não correr riscos de que esse mesmo Estado viesse atuar em setores rentáveis, foi “construída” uma verdade através da qual o Estado foi estigmatizado como ineficiente, inoperante, perdulário, devendo abrir espaço para a eficiência, ou seja, o mercado.

Ocorre que ao ser impelido a deixar o terreno limpo para que o mercado se instalasse sem ser molestado por instrumentos normativos e reguladores da atividade econômica, o Estado também foi sendo excluído progressivamente de áreas estratégicas para a sociedade.

É no sentido de recuperar esses espaços vitais para sua gestão que o Estado pós-Covid 19 tem que se recriar.

No campo da saúde pública, quando o mundo foi abalado pela pandemia de Covid 19, a maioria das nações se viu sem instrumentos eficazes para mitigar seus efeitos, tanto no campo econômico quanto da própria preservação da vida de seus habitantes. Nesse sentido, a situação verificada no norte da Itália é a particularmente emblemática. Naquela região a mercantilização da saúde impediu que os governos locais pudessem adotar medidas rápidas no sentido de evitar a expansão descontrolada da pandemia, como de fato ocorreu.

No campo econômico, Ziegler afirma que o mundo ainda vive sob a ditadura do capitalismo financeiro. Usando dados do Banco Mundial, o autor mostra que no ano de 2019, apenas 500 empresas privadas transnacionais controlavam 52,8% de toda a riqueza produzida no planeta. Essas empresas transnacionais ditam suas leis até para os estados mais poderosos. No entanto, com a pandemia de Covid 19, esse sistema, a ordem mundial capitalista, mostrou sua fragilidade, e nunca foi tão fraco como agora. A maioria dos países capitalistas ocidentais descobriu que é totalmente dependente de nações da periferia para obter suprimentos que são vitais para a população.<sup>30</sup>

Essa triste realidade mostra que a única saída para um futuro menos catastrófico é a reconstrução do Estado, fazendo com que ele volte a ser protagonista nas decisões fundamentais das sociedades, afinal foi para isso que o contrato social foi firmado. Mas não nos iludamos, esta não será uma tarefa fácil. O capitalismo, como demonstrado ao longo desse ensaio, se reinventa e facilmente se adapta para continuar lucrando, mesmo diante de situações críticas como a que se vivencia no momento. Mas não consegue ser eficiente na crise.

---

<sup>30</sup> Jean Ziegler, vice-presidente do Comitê de Direitos Humanos das Nações Unidas, em entrevista publicada por *Rébellion*, em 29.05.2020 e reproduzida pela Newsletter IHU, em 30.05.2020.

Diante de sua incapacidade de oferecer alternativas que não seja a maximização do lucro, setores conservadores pregam o que seria impensável até pouco tempo, que o Estado passe a adotar políticas keynesianas, pois é preciso preservar os negócios, uma vez que prevenir eventos, como uma pandemia, não é rentável no curto prazo.

Para o jesuíta e economista francês Gäel Giraud, não bastasse isso:

Reduzimos nossa capacidade hospitalar em nome da ideologia do desmantelamento do serviço público, que agora se mostra pelo que ela é: uma ideologia que mata. Como nunca aderiram a essa ideologia e, graças à experiência da epidemia de SARS em 2002, países como Coreia do Sul e Taiwan criaram um sistema de prevenção extremamente eficaz: a triagem sistemática e o rastreamento, visando à quarentena e a colaboração da população adequadamente informada e instruída, fazendo-a usar as máscaras. Sem confinamento, o dano econômico é insignificante. Em vez da triagem sistemática, nós ocidentais adotamos uma estratégia antiga, a de confinamento, diante de uma pequena fração de infectados e de uma parte ainda menor deles que poderia ter sérias complicações. Porém, por menor que seja, essa última fração é ainda maior que a atual capacidade de atendimento de nossos hospitais. Não havendo outras estratégias, fica claro que não fazer nada equivaleria a condenar centenas de milhares de cidadãos à morte, como mostram as projeções que circulam na comunidade de epidemiologistas.<sup>31</sup>

Não sabemos o que nos espera no futuro. Para os epidemiologistas haverá outros coronavírus. Esta assustadora previsão reforça a ideia de que sem um serviço público de saúde eficiente, que permita que todos sejam selecionados e tratados, não há mais nenhum sistema de produção viável durante uma epidemia de coronavírus. E isso por décadas. A pandemia está nos forçando a entender que não há capitalismo verdadeiramente viável sem um forte sistema de serviços públicos, e a repensar completamente a maneira como produzimos e consumimos, porque essa pandemia não será a última.

A pandemia nos convida a transformar radicalmente as nossas relações sociais. Hoje, o capitalismo conhece "o preço de tudo e o valor de nada", para citar uma fórmula eficaz de Oscar Wilde. Devemos entender que a verdadeira fonte de valor são as nossas relações humanas e aquelas com o meio ambiente. Para privatizá-las, nós as destruimos e arruinamos nossas sociedades, enquanto colocamos em risco vidas humanas. A saúde é um bem comum global e deve ser gerida como tal.<sup>32</sup>

Por sua vez, para João Sestelo:

No Brasil, vivemos uma situação peculiar porque, diferente dos EUA, temos um sistema público de saúde (o SUS) acessível, em tese, a qualquer cidadão, mas ao mesmo tempo um enorme esquema de intermediação assistencial privativa que favorece cerca de 28% da população e se apropria, em média, de quatro vezes mais recursos assistenciais do que aqueles que estão disponíveis para a população em geral. Esse esquema, embora seja de uso privativo, é

---

<sup>31</sup> Giraud G., artigo Gde publicado por Avvenire, 03.04.2020, reproduzido pela Newsletter IHU.

<sup>32</sup> Giraud, G., op. cit.

beneficiário de uma série de subsídios à demanda, na forma de renúncia fiscal e compartilhamento da infraestrutura do sistema público, de tal forma que, na prática, o SUS e o orçamento público funcionam como uma espécie de resseguro para o seu funcionamento. Em outras palavras, só é possível vender planos de saúde de uso privativo para tanta gente com uma oferta exclusiva e abundante de serviços porque existe uma articulação íntima com a esfera pública como garantia de última linha.

Obviamente os usuários desse esquema privativo levam vantagem sobre o conjunto da população, mas quem realmente se apropria do grosso dos recursos que circulam pelo espaço de transações das empresas que comercializam planos e seguros de saúde são os controladores desse oligopólio. É digno de nota o fato de que mesmo em um ambiente macroeconômico de recessão e desemprego estrutural os balanços dessas empresas são positivos e seus lucros ascendentes. Em resumo, a relação entre as empresas de planos e seguros de saúde e o SUS é predatória e concorrencial e, ao contrário do que anuncia a retórica oficial, não alivia a demanda ao sistema público, mas dificulta uma distribuição mais equitativa dos recursos disponíveis e aumenta os custos gerais de transação do sistema, encarecendo o seu custeio.<sup>33</sup>

Como foi afirmado anteriormente e cabalmente demonstrado por Sestelo, o capital consegue se reinventar e lucrar mesmo em períodos de crise. Essa situação nada incomum, é particularmente grave no momento atual, onde todo o recurso disponível é insuficiente para fazer frente às crescentes demandas por investimento em saúde.

Por esta razão, o médico sanitário Reinaldo Guimarães, alerta para perigo que representa o enfraquecimento político e financeiro da OMS (Organização Mundial da Saúde) e, no nível nacional, do SUS, que considera ser “o elemento central no enfrentamento da pandemia entre nós”.

Se nossa vantagem em relação a outros países desenvolvidos está justamente na existência de um sistema universal como o SUS, nossa desvantagem é a política de arrocho financeiro-orçamentário instituída pelo governo federal, cuja mais perniciosa expressão é a Emenda Constitucional 95, que provoca a diminuição real dos gastos públicos. Na saúde, isso significou uma frustração financeira de cerca de R\$ 20 bilhões desde o início da vigência dessa emenda.<sup>34</sup>

Assim, se Estado pretende retomar um papel protagonista, não deve preocupar-se tão somente com o campo da saúde pública, apesar da urgência de medidas concretas neste sentido. Também no campo econômico diversas ações deverão ser adotadas. Hoje em dia, em razão dos efeitos deletérios da pandemia, já se defende que, no curto prazo, teremos que nacionalizar as empresas não sustentáveis e, talvez, alguns bancos.

Mas mais do que ações pontuais, muito em breve teremos que aprender a lição desta dolorosa época: reconverter a produção, regular os mercados financeiros; repensar os padrões contábeis, a fim de melhorar a resiliência de nossos sistemas de produção;

---

<sup>33</sup> João Antonio de Freitas Sestelo. *Planos de Saúde e SUS: Uma relação predatória*. Entrevista à IHU On-line, publicada em 16/09/2019.

<sup>34</sup> Reinaldo Felipe Nery Guimarães. *O SUS é o elemento central no enfrentamento da pandemia entre nós*. Entrevista à IHU On-line, em 17/03/2020.

fixar uma taxa de imposto sobre grandes fortunas, carbono e saúde; lançar um grande plano de recuperação para a reindustrialização ecológica e conversão maciça às energias renováveis. Todas essas medidas são importantes, mas não suficientes.

Para recuperar seu prestígio interno e regional, o Brasil também pode seguir um caminho novo dentro da América do Sul, combinando indústrias de alto valor agregado, com a produção de alimentos e commodities de alta produtividade, sendo ao mesmo tempo, autossuficiente do ponto de vista energético.

Entretanto, esta não é uma escolha puramente técnica ou econômica, ela supõe uma decisão preliminar, de natureza política e estratégica, sobre os objetivos do estado e da sua inserção internacional. E neste caso, existem duas alternativas para o Brasil:

a) Manter-se como sócio preferencial dos Estados Unidos, na administração da sua hegemonia continental; ou

b) Lutar para aumentar sua capacidade de decisão estratégica autônoma, no campo da economia e da sua própria segurança, através de uma política hábil e determinada de complementaridade e competitividade crescente com os Estados Unidos, envolvendo também as demais potências do sistema mundial, no fortalecimento da sua relação de liderança e solidariedade com os países da América do Sul. Mas isto só ocorrerá se o Brasil desenvolver instrumentos e competências para poder atuar simultaneamente no tabuleiro regional, e também em outros espaços transversais de articulação de interesses e alianças globais.<sup>35</sup>

*“De qualquer maneira, uma coisa é absolutamente certa: daqui para frente, as escolhas brasileiras terão um impacto cada vez maior e uma influencia cada vez mais decisiva, sobre o futuro da América do Sul, e da própria América Latina”.*<sup>36</sup>

## **Considerações Finais**

Ao concluir este ensaio, algumas considerações finais se fazem necessárias.

A primeira diz respeito ao fato de que na maioria dos países ocidentais, o Brasil dentre eles, o sistema dominante é o de Estado liberal de direito. Em paralelo ao sistema político, esses países convivem um capitalismo de feição neoliberal e, nesse sentido, importa saber até que ponto essa convivência compromete o processo democrático nesses países.

Pelo que foi amplamente demonstrado, mesmo em países onde a democracia está consolidada, o modelo econômico dominante tende a comprometer suas bases, na medida em que, apoiando-se em eleições teoricamente democráticas, líderes populistas e autoritários têm seus mandatos legitimados por esse processo eleitoral, o que não significa que sejam democráticos ou preocupados com o bem-estar da população, especialmente aquela que necessita da ação do Estado.

---

<sup>35</sup> Fiori, J. L., op. cit.

<sup>36</sup> Fiori, J.L., 2011, *Brasil e América do Sul: o desafio da inserção internacional soberana*. Textos para Discussão CEPAL. IPEA, n 42.

Outro ponto analisado e que merece consideração está relacionado com a ocorrência da pandemia de Coronavírus 19. Por certo que essa séria ameaça à saúde pública traz enormes preocupações, dado o fato de que o mundo ainda não dispõe de uma vacina que combata de forma eficaz o vírus. Mas essa pandemia não pode servir de justificativa para tudo.

O sistema capitalista que se tornou hegemônico nestes últimos 40 anos já vinha dando sinais de mudança. Da mesma forma, seu braço operacional, a globalização, vem mostrando que outros arranjos se fazem necessários, pois o modelo atual se mostrou vulnerável em situações como a que vivemos. Se ainda não se pode falar em desglobalização, por certo que a globalização que sobreviverá a esta crise será menos intensa, reforçando a necessidade de que as economias busquem complementariedades em parceiros regionais, preferentemente.

Mas essas vulnerabilidades do capitalismo não significa que ele será substituído por outro sistema, no curto prazo. O sistema, embora esteja passando por um estágio que o deixa em condição de fragilidade ímpar, já mostrou que se reinventa nas crises, buscando se adaptar às novas condições para manter seus objetivos centrais: privatizar para si o Estado e maximizar seus lucros.

Como afirma, com muita propriedade, o psicanalista e escritor argentino Jorge Alemán: *“O capitalismo é feito de crises. O capitalismo não é uma economia, é um modo de se reproduzir. A todo tempo aproveita essas situações para sempre encontrar a via de sua própria reprodução. Que a vida se torne terrível, ou caótica, ou que ocorra um colapso econômico mundial, não indica em absoluto que seja provocada uma transformação do capitalismo e um acesso a algo emancipatório”*.<sup>37</sup>

A terceira consideração a ser feita diz respeito ao fato de que a atual pandemia não causou mudanças no modelo econômico, apenas precipitou o que já vinha sendo observado ao longo dos últimos anos. Tanto isso é verdadeiro que no Fórum Econômico Mundial, realizado em janeiro deste ano em Davos, Suíça, esta organização, considerada a mais alta representação do capitalismo mundial, mostra crescente preocupação com a manutenção do sistema de economia de mercado vigente, diante do mal-estar social em diferentes pontos do planeta, e alerta que “serão necessários empregos abundantes e decentes”, em uma quarta revolução industrial que se acelera com grandes mudanças tecnológicas.<sup>38</sup>

Adicionalmente ao reconhecimento de uma nova realidade, seu presidente e fundador Klaus Schwab assim se manifestou: *A crise da saúde revela que o sistema é insustentável em termos de coesão social, falta de igualdade de oportunidades e inclusão. Tampouco podemos dar as costas aos males do racismo e da discriminação. Precisamos incorporar neste novo contrato social nossa responsabilidade intergeracional para nos assegurar que cumprimos as expectativas dos jovens*.<sup>39</sup>

---

<sup>37</sup> Jorge Alemán, entrevista concedida ao Canal Abierto em 17.04.2020 (Newsletter IHU, 21.04.2020).

<sup>38</sup> Citado por Carlos Segovia, em artigo publicado por *El Mundo*, em 04.06.2020 reproduzido pela Newsletter IHU em 05.06.2020.

<sup>39</sup> *Ib idem*.

O reconhecimento de que essa tragédia humana tem dimensões inusitadas, levou os organizadores do Fórum a definir que o tema central de Davos, em 2021, será “O Grande Reinício”. Nesse sentido, o Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas, António Guterres, sustenta que: *Devemos construir economias e sociedades mais equitativas, inclusivas e sustentáveis, que sejam mais resistentes às pandemias, mudança climática e muitas outras mudanças globais que enfrentamos.*<sup>40</sup>

Da mesma forma do que vem ocorrendo na economia, a pandemia não foi a causadora das mazelas do mundo, apenas escancarou as enormes desigualdades verificadas entre os países situados nas franjas do capitalismo neoliberal e aqueles que integram seu núcleo duro, e que se reproduzem no interior das sociedades desses dois grupos de países. Os fossos que dividem as sociedades são tão profundos (entre o campo e a cidade, as elites qualificadas e aqueles que não tiveram acesso ao ensino superior, os ricos e os pobres, homens e mulheres) que a crise apenas veio demonstrar que sem um Estado que possa exercer um papel mitigador dessas diferenças, não há futuro para a maioria da população mundial.

O novo papel a ser desempenhado pelo Estado no contexto pós-pandemia, não pode ser apenas para atender as demandas daqueles que o execraram como ineficiente, perdulário e incapaz de gerar prosperidade para todos – até mesmo porque a suposta maior eficiência atribuída ao mercado, se efetivou apenas em relação aos beneficiários de sempre. Quando a situação passou a exigir ações rápidas e abrangentes, apenas o Estado, como em todas as crises anteriores, foi capaz de dar respostas.

Assim, o que se espera que o Estado não apenas crie condições para recuperar a economia, através de programas de incentivo, gastos em infraestrutura e crédito para as empresas. Mas que atue, principalmente, como gestor de áreas estratégicas, como a saúde, para que nas próximas crises sanitárias ou ambientais, que fatalmente ocorrerão, possa se antecipar aos seus impactos criando condições estruturais para minimizar seus efeitos, tornando o ambiente socialmente menos penoso para as camadas sociais mais carentes, como ocorre no presente momento no Brasil.

O que se espera desse Estado ressurgido, não é uma atuação direta no varejo de amplos setores da economia, mas uma presença efetiva como regulador de setores estratégicos, pois sua progressiva exclusão de áreas prioritárias – saúde, educação fundamental, energia – em favor do mercado, não significou melhores condições para o enfrentamento das diversas crises ocorridas nos últimos 50 anos. No que respeita ao caso brasileiro, em se tratando de presença no cenário internacional, o que se espera do Estado é retomar a condição de liderança na defesa dos verdadeiros interesses latino-americanos, e não esse papel deprimente de subalterno aos desígnios da política externa norte-americana.

Por fim, mas não menos importante, este Estado deve ser o fiador de uma sociedade mais justa e solidária, pois esse é o papel que o contrato social lhe delegou.

---

<sup>40</sup> Carlos Segovia, op. cit.